



**AS PARTICULARIDADES DE GÊNERO NO CUIDADO ÀS PESSOAS COM  
TRANSTORNOS MENTAIS E A QUESTÃO SOCIAL: aproximações teóricas**

**THE PARTICULARITIES OF GENDER IN THE CARE OF PEOPLE WITH  
MENTAL DISORDERS AND THE SOCIAL QUESTION: theoretical approaches**

**Nayra Danyelle Batista da Silva**

**Universidade Federal do Piauí (UFPI)**

**RESUMO**

O artigo é um recorte de análise do projeto de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI, que analisa e discute a categoria gênero e seus desdobramentos, em especial as particularidades do cuidado doméstico às pessoas com transtornos mentais. Utilizou-se revisão de literatura sobre a temática. De modo que é feita uma breve discussão que busca aproximar teoricamente as categorias gênero e questão social, tendo em vista as suas relações direta com as contradições do modo de produção capitalista. Partindo dessa premissa, é estabelecida uma relação entre o processo de divisão sexual do trabalho e a determinação social dos “papéis” de homens e mulheres, em particular nas relações de cuidado. Por fim, é feita uma explanação das respostas do Estado às mais diversas expressões da questão social, com ênfase nas desigualdades de gênero no provimento de cuidados em saúde mental.

**PALAVRAS-CHAVE:** Questão social. Gênero. Cuidado.

**ABSTRACT**

The article is a review of the research project of the Graduate Program in Public Policies of the UFPI, which analyzes and discusses the gender category and its developments, especially the particularities of domestic care for people with mental disorders. We used a literature review on the subject. Thus a brief discussion is made that seeks to theoretically approximate the categories of gender and social question, in view of their direct relationship with the contradictions of the capitalist mode of production. Based on this premise, a relationship is established between the process of sexual division of labor and the social determination of the "roles" of men and women, particularly in caring relationships. Finally, an explanation is given of the State's responses to the most diverse expressions of the social question, with emphasis on gender inequalities in the provision of mental health care.

**KEYWORDS:** Social question. Gender. Care.

**1 INTRODUÇÃO**

Alejandra Pastorini (2004, p.91) afirma que “Falar da ‘questão social’ implica necessariamente fazer referência ao capitalismo e ao Estado por ele constituído”. Desse modo



aproveito a complexa base constituidora do conceito de Questão Social para iniciar essa breve discussão, de modo que consiga elencar o gênero e seus desdobramentos, como uma das expressões da Questão Social.

Se refletirmos sobre o processo de construção social do conceito de gênero, logo criaremos um link entre o processo de divisão sexual do trabalho e a determinação social de “papéis” associados aos homens e mulheres. Prontamente se “a gênese da ‘questão social’ é explicada pelo processo de acumulação ou reprodução ampliada do capital” (Santos, 2012, p.26), a ideia de distanciamento da discussão de gênero e questão social se reduz e as linhas teóricas se cruzam de algumas formas, afinal a acumulação capitalista é embasada a partir de uma força de trabalho que é resultado da inserção particularizada de homens e mulheres no mercado.

Entre encontros e desencontros, é necessário mais uma vez delimitar nas linhas de discussão dessas categorias, outro cruzamento: assim como a questão social é percebida de uma nova forma por meio da incorporação do caráter político de sua discussão, o gênero e a questão das mulheres (categoria de primordial contribuição para os avanços teóricos e políticos da temática) garantem maior substancialidade às suas discussões no momento em que o caráter de luta política é incluído por seus atores ao movimento. Como bem explicita Luiz Wanderley a respeito do movimento de mulheres na América Latina (2008, p.103):

Uma hipótese valiosa talvez seja a de que a temática da mulher se explicita como questão social ao adquirir visibilidade política – nas lutas de um grupo de mulheres conscientes – pelo sufrágio universal, que ampliou o leque de participação política e sensibilizou a opinião pública dos povos latino-americanos, com consequências sócio-políticas culturais relevantes.

O aglomerado de consequências advindas do processo de intensificação do modo de produção capitalista se transforma de fato em questão social quando “é percebida e assumida por um setor da sociedade, que tenta, por algum meio, equacioná-la, torná-la pública, transformá-la em demanda política, implicando tensões e conflitos sociais” (Wanderley, 2008, p.63). Desse modo, cabe-nos ainda perceber que para a emergência da temática de gênero enquanto expressão da questão social, a mesma se mostra como uma categoria que traz consigo aspectos que se ancoram na resistência.

Mirla Cisne (2014), em sua introdução do livro “Feminismo e consciência de classe no Brasil”, nos faz pensar na dificuldade da consciência de classe, no momento em que vivemos uma verdadeira alienação e o processo de dominação/poder ainda reluta em transparecer nas decisões do que é ou não, um problema público. Desse modo, a partir das contribuições de Telles (1996) ao passo em que se desestrutura a esfera pública de interesses, se desestruturam



os direitos das “classes inacabadas” nutrindo assim um aparato estatal ineficaz no trato das desigualdades e eficaz em agudizar expressões da questão social. Logo, quando afirmo ser o gênero uma expressão da questão social que traz consigo resistência, faço isso de modo que nos faça pensar se de fato as implicações de desigualdades de gênero estão postas em discussão e trato pelas classes dominantes.

Já no início da minha explanação deixei claro o objetivo de fazer uma discussão que situa o gênero como uma expressão da questão social, resta-me agora delimitar dentro da amplitude desse contexto, qual aspecto pretendo enfatizar meus questionamentos. O gênero enquanto categoria que se ancora nas implicações da divisão sexual do trabalho, me leva a pensar sobre as demandas de homens e mulheres que surgem em meio ao âmbito do cuidado doméstico. Em especial as particularidades do cuidado doméstico provido às pessoas com transtornos mentais. Em suma, no presente artigo, pretendo situar as questões de gênero no cuidado doméstico provido às pessoas com transtornos mentais contextualizando esse fenômeno enquanto expressão da questão social. Esta análise se constitui numa aproximação documental e bibliográfica. Como metodologia da pesquisa, utilizou-se a revisão de literatura a partir de autores que discutem as categorias supracitadas.

## **2 QUESTÃO SOCIAL E GÊNERO:** uma reflexão necessária.

Castel caracteriza a questão social por “uma inquietação quanto à capacidade de manter a coesão de uma sociedade. A ameaça de ruptura é apresentada por grupos cuja existência abala a coesão do conjunto” (Castel, 1998, pág. 41). Sendo esse fenômeno pensado a partir do final do século XIX, como resultado da contradição do modo de produção capitalista. Ainda como definição do conceito de questão social, podemos citar Wanderley (2012, p.60), “a questão social significa, desde logo, saber quem estabelece a coesão e em que condições ela se dá numa determinada sociedade”.

Se formos corporificar essa discussão, é preciso lembrar que “as relações de classes são atravessadas pelas relações de poder e dominação do sexo masculino sobre o feminino” (Cisne, 2014, p.24). E mais uma vez encontramos a importância do gênero na definição conceitual da questão social. Afinal, não podemos pensar o processo de busca da coesão societária, se não pensarmos nos corpos por detrás dessas relações, que além das particularidades de gênero, resguardam as questões de raça e etnia.



Situar a questão social é como Wanderley, (2012, p.62), determina:

Ela se funda nos conteúdos de formas assimétricos assumidos pelas relações sociais, em suas múltiplas dimensões econômicas, políticas, culturais, religiosas, com acento na concentração de poder e de riqueza de classes e setores sociais dominantes e na pobreza generalizada de outras classes e setores sociais que constituem as maiorias populacionais, cujos impactos alcançam todas as dimensões da vida social, do cotidiano às determinações estruturais.

Desse modo é notória a relação entre dominantes e dominados, onde podemos entender que há ainda por detrás desse processo de dominação uma marca que se fortalece da “concepção masculina milenar da organização social” (Wanderley, 2012, p.102). Pensar o gênero de forma conceitual nos auxilia na análise das respostas públicas às suas demandas, que podem facilmente ser negligenciadas, justamente pelo fato de não serem consideradas essenciais.

Segundo a definição proposta por Joan Scott (1995) na qual ela propõe que gênero assenta-se em duas proposições principais: 1) gênero constitui relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, e; 2) gênero dá significado às relações de poder. Sendo assim, mais uma vez é possível enxergar como tanto o gênero, quanto a questão social, são categorias que se moldam por meio do estabelecimento das relações de poder.

Conceitualmente não podemos limitar o significado de gênero, pois pensá-lo enquanto reflexo das diferenças entre o sexo, acaba reduzindo-o mais uma vez aos aspectos biológicos. Uma das melhores formas de pensar o conceito de gênero é situa-lo enquanto categoria relacional e que se atrelada aos conceitos de raça/etnia e classe, contribui ainda mais para o aprimoramento da compreensão da relação entre os sexos.

Quando decido estabelecer minha filiação ao conceito de gênero, enquanto categoria relacional, justifico meu posicionamento baseado na concretude de que na discussão do cuidado, é necessário o olhar para quem cuida e quem é cuidado. Desse modo o gênero de cada um desses indivíduos se constitui como aspecto fundante da discussão. Mais do que pensar na figura da mulher, fortemente debatida na literatura como principal cuidadora, é preciso discutir também o lugar do homem cuidador nesse mesmo contexto.

### 2.1 As implicações da divisão sexual do trabalho no processo de cuidado doméstico

A concepção dos papéis de homens e mulheres, em muito possui correlação com as noções de gênero imbricadas na nossa sociedade. Desde muito cedo se naturaliza o caráter



acolhedor das mulheres, em função do papel de mãe que muitas chegam a desempenhar, assim, a mulher é vista como principal protetora dos membros de suas famílias, como afirma Rosa (2008, p.275):

Nesse contexto, o homem passa a ser associado com o espaço da rua, da política, da competição, do trabalho remunerado e assume a condição de provedor da unidade doméstica bem como o status de autoridade moral da família. A mulher torna-se vinculada à esfera doméstica privada. Os serviços, “invisíveis”, realizados no lar pela mulher e voltados para a reprodução social do grupo familiar, convertem-se em “atos de amor”. A mulher também passa a comportar as funções de articuladora da coesão da unidade familiar, administradora do orçamento e consumo doméstico, educadora e prestadora de cuidados para o homem e para seus filhos.

É possível perceber que a construção social dos “papéis” de homens e mulheres dentro do contexto familiar, é resultado também de um processo chamado de divisão sexual do trabalho, que é baseado por meio da ótica capitalista da necessidade de se produzir valores. Nesse contexto, os trabalhos direcionados aos homens, sempre carregaram consigo um valor social e econômico maior, o que podemos associar com a visibilidade material do trabalho produzido, e a relação entre capitalismo e patriarcado. Por sua vez, as mulheres, que por muito tempo tiveram seu espaço limitado ao contexto da casa e dos filhos, são percebidas como produtoras de um trabalho invisível e desvalorizado.

De acordo com um dos principais conceitos de divisão sexual do trabalho de Hirata & Kergoat (2007, p. 599):

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão sexual do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor adicionado (políticos, econômicos, militares etc.).

O viés capitalista de produção sobressai até mesmo no espaço privado, afinal suas influências foram responsáveis pela polarização dos espaços sociais que homens e mulheres podem ocupar. O espaço do lar é invadido pela lógica capitalista de uma forma perversa e que se acentua cada vez mais. No contexto contemporâneo com a entrada de mulheres no mercado de trabalho, antes visto como espaço masculinizado, as mulheres encontram ao longo do seu processo de produção questões que colocam sua capacidade em cheque a todo instante. Desse modo, citando Cisne (2014, p.89):

A divisão sexual do trabalho, por conseguinte, não pode ser compreendida apenas como uma diferença entre os trabalhos realizados por homens e mulheres e sim como a base das assimetrias e hierarquias contidas nessa divisão, e que se expressam nas



desigualdades existentes, dentre outros aspectos, nas carreias, nas qualificações e nos salários entre os sexos.

Diante das naturalizações dos papéis, os homens tiveram um esvaziamento substancial da função de cuidar. Como bem sabemos, a instituição familiar se constitui como um “organismo” social, histórico e heterogêneo, sofrendo modificações expressivas nos diferentes contextos e conjunturas da sociedade. Na noção burguesa moderna predomina um padrão de família formado por pai, mãe e filhos, denominados por família nuclear ou conjugal. No novo cenário, com as mudanças sócias demográficas e da reestruturação produtiva, no qual Andréa Gama (2014) nos lembra, podemos perceber um incremento do contingente feminino na força de trabalho e que se torna um traço marcante das transformações em curso no interior da classe trabalhadora. Diante do exposto assistimos a emergência das chamadas famílias monoparentais, famílias reconstituídas, famílias unipessoais, famílias homossexuais, entre outros. Ou seja, há uma “feminilização” crescente do mercado de trabalho e das responsabilidades femininas.

Com a entrada da mulher no mercado de trabalho, ocorre o predomínio inicial da dupla jornada de trabalho. Ou seja, as mulheres passam a associar o trabalho no espaço público com os trabalhos domésticos realizados no lar e para a família. Com as lutas feministas, há uma perspectiva de compartilhamento do trabalho doméstico, que tendem a serem atividades desempenhadas por ambos os sexos. Na atualidade é possível enxergarmos várias masculinidades que coexistem no mesmo contexto, sendo algumas que se diferenciam cada vez mais do padrão anterior. “Hoje, os homens jovens não se reconhecem nem na virilidade caricatural do passado, nem no repúdio a masculinidade, eles já são os herdeiros de uma primeira geração de mutantes (Banditer, 1993, p.187). Podemos citar ainda a análise de Rita Cronemberger Sobral (2006), no seu estudo sobre *“igualdade conjugal entre mulheres e homens”*, destaca que nossa época, é testemunha há uns 30 anos, de um processo inédito de rediscussão dos papéis familiares ressaltando ainda que cada vez mais os homens percebem que as tarefas tidas como “coisas de mulher” exigem e as desgastam bastante. O que torna possível uma reflexão por partes desses homens, sobre a necessidade de se compartilhar responsabilidades, que usualmente estão imbricadas aos fazeres femininos.

Mesmo com o avanço da participação dos homens, no processo de co-responsabilização das funções no seio da família, muitas atividades ficam ainda, bastantes restritas. Estudos realizados no Rio de Janeiro, por Bernardo Jablonski (1996), comprovam que quase 90% dos homens não compartilham das tarefas domésticas. Outro estudo do mesmo autor mostrou que apesar de declararem-se muito igualitários em seus discursos, no dia-a-dia o comportamento dos homens se mostra bastante tradicional. Entretanto, no que se refere às atividades paternas,



Bernardo Jablonski, identificou que os pais estão mais presentes, por exemplo, em atividades de recreação (Oliveira, 2007).

Nesse horizonte, a educação de meninos e meninas carrega um papel importante na construção do adulto frente ao processo de dominação masculina que podemos verificar no estabelecimento do que seria “coisa de homem” e “coisa de mulher” a partir da divisão sexual do trabalho, coexistindo nesse espaço a necessária formação de uma consciência que luta por mudança e novas visões nas relações entre pessoas de diferentes sexos.

### **3 A QUESTÃO DO CUIDADO EM SAÚDE MENTAL:** respostas do estado para as particularidades desse fenômeno

A autora Vera Telles (1995, p.85) parte da argumentação apoiada em Castel, sobre o que seria a questão social, que pode ser entendida como:

[...] aporia das sociedades modernas que põe em foco a disjunção, sempre renovada, entre a lógica do mercado e a dinâmica societária, entre a exigência ética dos direitos e os imperativos de eficácia da economia, entre a ordem legal que promete igualdade e a realidade das desigualdades e exclusões tramada na dinâmica das relações de poder e dominação.

Quando Telles se utiliza dessa definição, ela abre espaço para o entendimento da questão social em um viés que permite perceber não somente os graus de desigualdades ou exclusão, mas também as formas como são respondidas tais expressões da questão social. Tanto que ela afirma que “discutir a questão social significa um modo de se problematizar alguns dos dilemas cruciais do cenário contemporâneo” (Telles, 1996, p.85), enfatizando em seus exemplos, as questões relacionadas aos modelos de proteção, as redefinições do papel do estado, o modo de reestruturação produtiva, as transformações do mundo do trabalho, entre outros.

Pensar a questão social passa a ser um processo de reflexão que trás à tona as contradições e aporias que estiveram presente desde o início na história. De modo que contemporaneamente, a realidade é outra. Em especial quando percebemos as marcas do neoliberalismo que tende sobressair-se nos mais diversos espaços: desde o espaço dos direitos até a descaracterização da esfera pública.

Nos países capitalistas avançados, já em 1970 começa-se a reformar os estados reguladores. O Welfare State já não serve para responder todas suas promessas, e o tripé baseado na focalização, privatização e seletividade parece ser a saída para a crise do capital.



No âmbito da saúde, o reflexo da ofensiva neoliberal é observado pelo retraimento nos investimentos públicos em saúde e um grande retrocesso relativo ao descompromisso do Estado com a manutenção de um sistema de saúde pública. A medicina curativa tende a avançar, a privatização dos serviços faz surgir uma onda de ambulatorização, que restringe a saúde ao aspecto de mercadoria, na qual apenas uma parte da parcela pode pagar. Por volta de 1970, também percebemos no Brasil o processo da Reforma Sanitária, que buscava a consolidação de um sistema de saúde no contexto nacional. As ideias do movimento da reforma foram cruciais para a determinação dos preceitos constitucionais referentes à saúde no Brasil.

No contexto da saúde mental, percebemos forte influência do movimento da reforma sanitária, por meio da chamada reforma psiquiátrica, que tem lutado para a redução de leitos em hospitais psiquiátricos e de desinstitucionalização de pessoas para serviços menos invasivos e que permita que os usuários possam permanecer no âmbito comunitário.

É dentro desse cenário que podemos perceber os reflexos dos preceitos neoliberais, trazendo a para discussão a figura dos familiares de pessoas com transtornos mentais, que são incluídos como parceiros do Estado nesse novo cenário. E que carregam nessa nova parceira questões que tendem a demandar uma adequação das formas de se estabelecer a proteção social desses familiares cuidadores.

A presente discussão envolve questões delicadas que nos fazem pensar no modo como as políticas sociais estão sendo organizadas, mas sem esquecer em especial da influência do gênero dentro dessa realidade, quem vem sendo reproduzido também em algumas políticas.

Alguns autores Pinheiro; Galiza; Fontoura (2009, p. 852) apontam que:

O aparato legal e as políticas públicas de forma geral, foram arquitetadas por um modelo de família heterossexual e tradicional no qual o lugar simbólico do homem como provedor e da mulher como cuidadora do lar, impera. Fora desse modelo- cada vez menos representativo das famílias brasileiras- os níveis de desproteção legal e social podem ser significativos.

É preciso enxergar a família como “sujeito de direitos” e não apenas de deveres. De modo que para que ela consiga cuidar, é antes de tudo necessário que seja cuidada. Ainda é preciso entender que o estudo de gênero na área de saúde mental possui um desafio pertinente, que é a necessidade de ampliar a capacidade de transversalidade dessa categoria, de modo que é preciso problematizar as questões de raça/etnia e de classe social. Como bem coloca Mirla Cisne (2014), não podemos deixar o conceito de gênero apenas como aparentemente “acadêmico”, e sim buscar dá substancialidade a essa discussão, de forma crítica e política, por meio da sua problematização de forma mais abrangente, definindo quem e onde estão os sujeitos a serem analisados.



As políticas de gênero ou que incorporem um olhar de gênero pelos governos, estão em um processo de construção. De modo que a produção e problematização dessa categoria vêm contribuindo para o seu novo *locus* na agenda pública.

Para contextualizarmos melhor o trato das particularidades desse fenômeno, torna-se necessário uma breve recapitulação da forma como as expressões da questão social tem sido historicamente tratada no Brasil. Como um “bumerangue”, a questão social, ora era tratada como “caso de polícia”, ora como “caso de política” (Filho, 1982). Respostas repressivas e autoritárias também são marcas das ações do Estado. Até mesmo quando a questão social passa ser vista como caso de política, as marcas autoritárias são remodeladas e a ideia do favor e o paternalismo das classes dominantes ainda são verificadas, Filho (1982, p.84):

Quando tratamos de verificar as formações discursivas que analisam a “questão social” vemos claramente que elas se apoiam substantivamente em duas variáveis fundamentais: uma, peculiar ao discurso político burguês, de integração social e ocultamento dos conflitos de classe; outra, peculiar à formação histórica brasileira, de afirmação da conciliação pacífica (ausência de lutas e reivindicações trabalhistas) que desemboca no paternalismo.

Cerqueira Filho faz uma análise em seu livro “A ‘Questão Social’ no Brasil: crítica do discurso político”, publicado em 1982, que nos mostra o quão ainda estamos próximos da realidade por ele explorada. A questão social no Brasil foi respondida de forma que sempre buscou contemplar as necessidades do mercado e, residualmente, dos sujeitos sociais mais explorados. No momento em que essas intervenções protegem o capital, as formas de inserção de homens e mulheres no mercado de trabalho são pensadas em prol da manutenção da produção capitalista e não das necessidades coletivas dos trabalhadores, Filho (1982, p. 123):

O discurso político dominante sobre a “questão social” é o discurso do capital. E mais: quanto maior o desenvolvimento da forma especificamente capitalista de produção mais nítido o antagonismo entre o capital e o trabalho; mais claramente eles tendem a se opor de maneira radicalmente antagônica.

Situando agora a esfera do cuidado em nossa discussão, podemos facilmente perceber certas aproximações. Como já mencionado, a figura das mulheres tem sido historicamente associada à dimensão do cuidado, em contrapartida, as mulheres não se limitam mais apenas aos afazeres relacionados à esfera privada. No livro “Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais” (Abreu; Hirata; Lombardi, 2016), as discussões nos levam justamente para refletir as dificuldades de mulheres em conciliar as relações de trabalho e cuidado doméstico, em especial no contexto de contrarreforma neoliberal, onde ainda prevalece a prioridade da manutenção dos interesses do capital.



Zola (2015), em seu artigo “Políticas sociais, família e proteção social: um estudo acerca das políticas familiares em diferentes cidades/países” em suas considerações finas destaca que “as repostas institucionais vêm se mostrando insuficiente para o reequilíbrio societário” (2015, p.87). Logo, não é difícil entender porque algumas políticas pensadas não contemplam as reais necessidades dos sujeitos. Quando a reforma psiquiátrica estabelece a extinção de leitos em hospitais psiquiátricos e a instituição do cuidado comunitário das pessoas com transtornos mentais, parecem esquecer que os cuidadores são corporificados de modo que homens e mulheres vão vivenciar o processo de cuidado de formas diferentes.

As diferentes configurações familiares vão apresentar necessidades particulares, à exemplo temos o fenômeno das famílias monoparentais para provar isso. Ainda citando Zola (2015, p. 88) “as políticas públicas, por sua vez, necessárias ao equilíbrio e à proteção social, nem sempre são adequadas ou suficientes para intervir nas diversificadas manifestações da questão social”.

O gênero nesse contexto se estabelece como uma categoria essencial para ser pensado junto à necessária remodelação de algumas políticas públicas que tendem ser “genereficadas”, mas não somente essa categoria, pois se tivermos diferentes contextos familiares, conseqüentemente teremos diferentes contextos do cuidado. Desse modo, pensar as famílias, é também pensá-las enquanto classes que se substanciam em diferentes raças/etnias.

## 4 CONCLUSÃO

As categorias gênero, questão social e cuidado se cruzam em aspectos que se aproximam a partir das influências do capitalismo e seu modo de produção. Por detrás do cuidado, em especial o doméstico, há a existência de famílias que mais uma vez se moldam a partir das demandas de sobrevivência que são postas pela forma de produzir e reproduzir em uma sociedade que é movida pelo foco no lucro. Marcele Bueno Zola (2015, p.80-81), faz a seguinte explanação, a qual manifesto concordância:

Esping-Andersen considera a mudança estrutural da família e da sociedade, a partir do lugar ocupado nela, pela mulher, uma nova forma de questão social tornar-se perceptível na atualidade. Um importante desafio das sociedades deste século é compreender as mudanças da dinâmica familiar e agir para prevenir e proteger seus membros, adaptando políticas sociais aos novos papéis exercidos pelas mulheres.

No recorte feito ao longo do artigo, priorizei a dinâmica do cuidado no âmbito da saúde mental, afinal o processo de reforma psiquiátrica no Brasil é uma realidade que caminha



a passos lentos, e que ainda demonstra necessidades que não foram contempladas. Enfatizar o cuidado comunitário em um contexto que não permite as adequações das tarefas de cuidar e a inserção no mercado de trabalho se apresenta como uma alternativa que necessita de atenção, mesmo que seja necessário “reconhecer que trabalhar com um tema complexo como o provimento de cuidado doméstico à pessoa com transtorno mental, lança qualquer profissional em um campo de incerteza e complexidade” (Rosa, 2009, p.180), esse problema tem sido realidade comum e que sobrecarrega especialmente mulheres. Trazendo para nossa análise mais uma vez a certeza que as questões de gênero imbricadas nessa dinâmica, são reais e de necessária problematização.

Marilda Yamamoto (2000, p.27), define questão social:

O conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação de seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade.

Quando o trabalho torna-se social e exclui as mulheres desse processo, a apropriação dos frutos mantém-se privada ao passo em que os homens continuaram sendo os privilegiados do processo. Quando o trabalho torna-se chave para a ascensão dentro da sociedade capitalista e a mulher se restringe ao lar como alguém que trabalha, porém não é remunerado, a sua invisibilidade aumenta. O combo cuidado doméstico, trabalho e gênero, são chaves para entendermos as dificuldades de uma questão real e que vem demonstrando ser uma máquina útil em reproduzir desigualdades que não são atendidas em sua complexidade, por políticas ainda marcadas por exclusão.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa. **Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- BADINTER, Elisabeth. **XY: sobre a identidade masculina**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.
- CASTEL, Robert. As transformações da questão social. In: BÓGUS, Lúcia et al (orgs) **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: EDUC, 2008.
- CISNE, Mirla. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014.
- FILHO, Gisálio Cerqueira. **A questão social no Brasil**. Rio: Civilização brasileira, 1982.
- GAMA, Andrea de Sousa. **Trabalho, Família e Gênero: impactos dos direitos do trabalho e da educação infantil**. São Paulo: Cortez, 2014.



HIRATA, H.; KERGOAT, D. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho**. Cad . Pesquisa, n.37, v.132, 2007, p.595-609.

IAMAMOTO, Marilda Villela **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo, Cortez, 2000.

JABLONSKI, Bernardo. Papéis *Conjugis*: Conflito e transição. In: CARNEIRO, T.F(org.), **Relação Amorosa, Casamento, Separação e Terapia de Casal**. Rio de Janeiro: ANPEPP, 1996.

OLIVEIRA, Verusca Couto. **Vida de Mulher: Gênero, pobreza, Saúde Mental e Resiliência**. (Dissertação) Brasília, 2007.

PASTORINE, Alejandra. Delimitando a questão social: o novo e o que permanece. In: **A categoria “questão social” em debate**. São Paulo: Cortez, 2004.

PINHEIRO, Luana; GALIZA, Marcelo; FONTOURA, Natália. Novos arranjos familiares, velhas convenções sociais de gênero: a licença parental como política pública para lidar com essas tensões. **Revistas estudos feministas**, Florianópolis, 17(3): 312, setembro/dezembro de 2009.

ROSA, Lúcia Cristina dos Santos. **Transtorno mental e o cuidado na família**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2008. 367p.

\_\_\_\_\_. Provimento de cuidado doméstico á pessoa com transtorno mental: a questão de gênero em evidência. In: **Abordagens psicossociais**, volume III: perspectiva para o serviço social/ Eduardo Mourão Vasconcelos (organizador) – São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2009.

SANTOS, Josiane Soares. **Questão Social: particularidades no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2012.  
SOBRAL, Rita de Cássia Cronemberger. A igualdade Conjugal entre mulheres e homens que conheci. **Serviço Social e Contemporaneidade: Revista do Departamento de Serviço Social/ Universidade Federal do Piauí**. Ano. IV, n. 4. Teresina: EDUFPI, 2006.

SCOTT, Joan Wallach. “**Gênero: uma categoria útil de análise histórica**”. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2,jul./dez. 1995, pp. 71-99.

TELLES, Vera da S. Questão Social: Afinal do que se trata? **Perspectiva**, n. 4. São Paulo: SEADE, 1996.

WANDERLEY, Luís E. Rumos da ordem pública no Brasil: a construção do público. In: **Perspectiva**, n. 4. São Paulo: SEADE, 1996.

ZOLA, Marlene Bueno. Políticas Sociais, família e proteção social: um estudo acerca das políticas familiares em diferentes cidade/países. In: CARLOTO, Cássia Maria (org). **Familismo, direito e cidadania: contradições da política social**. São Paulo: Cortez, 2015.